

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.481 - SE (2019/0088873-4)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**RECORRENTE** : JOSE HELIO ARAUJO SANTANA FILHO (PRESO)  
**ADVOGADO** : CARLOS AUGUSTO GUIMARAES PINTO JUNIOR -  
SE010673  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

### EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. ROUBO CIRCUNSTANCIADO PELO CONCURSO DE AGENTES E PELO EMPREGO DE ARMA DE FOGO. NEGATIVA DE AUTORIA. INVIABILIDADE. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. FUNDAMENTOS CONCRETOS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. *MODUS OPERANDI*. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER ACOLHIDO.

Recurso em *habeas corpus* parcialmente conhecido e, nessa parte, improvido.

### DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto contra o acórdão do Tribunal de Justiça de Sergipe que conheceu parcialmente do HC n. 20192219 e, na parte conhecida, denegou a ordem mantendo a custódia cautelar de **José Hélio Araújo Santana Filho** – denunciado ao lado de outro, pela prática, em tese, do crime descrito no art. 157, § 2º, II e § 2º-A, I, do Código Penal (Processo n. 0000053-39.2019.8.25.0035 ou n. 201900301061). O acórdão tem esta ementa (fls. 113/114):

*HABEAS CORPUS*. ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE PESSOAS E UTILIZAÇÃO DE ARMA DE FOGO (ART. 157, § 2º, II E 2º - A, I, DO CP). NEGATIVA DE AUTORIA. MATÉRIA DE MÉRITO. NÃO CONHECIMENTO NA ESTREITA VIA DO *WRIT*. PRESENÇA DOS REQUISITOS PARA A MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. DECISÃO COMBATIDA NÃO SE DISSOCIA DE ELEMENTOS CONCRETOS COLHIDOS NOS AUTOS DO INQUÉRITO POLICIAL, NOTADAMENTE DAS DECLARAÇÕES DA VÍTIMA, AS QUAIS REVELAM QUE O CRIME FOI PRATICADO, EM TESE, COM EMPREGO DE ARMA DE FOGO E EM CONCURSO DE AGENTES. PRECEDENTES DESTA CORTE. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. INSUFICIÊNCIA DAS MEDIDAS CAUTELARES DE MEIO ABERTO QUANDO PRESENTE PELO MENOS UM DOS FUNDAMENTOS DA PRISÃO PREVENTIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA NA PARTE CONHECIDA.

Neste Tribunal Superior, o recorrente sustenta, em síntese, ausência de

# *Superior Tribunal de Justiça*

indícios suficientes de autoria e de fundamentação idônea a amparar a custódia cautelar, reputando não atendidos os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Aponta a desproporcionalidade da prisão, uma vez que seria suficiente, na hipótese, a fixação de medidas cautelares diversas, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Requer, assim, o provimento do recurso a fim de que seja revogada a prisão preventiva decretada em seu desfavor, com a fixação de medidas cautelares diversas da prisão.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou nos termos desta ementa (fl. 182):

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. ROUBO CIRCUNSTANCIADO PELO CONCURSO DE AGENTES E EMPREGO DE ARMA DE FOGO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA E CONCRETA. REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO.

1. A prisão preventiva deve ser decretada em casos excepcionais, nas hipóteses em que, evidenciada a materialidade delitiva e existentes indícios suficientes de autoria, estejam preenchidos os requisitos dos arts. 312 e 313, CPP.
2. Não há constrangimento ilegal quando o decreto de constrição está revestido de elementos concretos e idôneos, com observância ao disposto nos arts. 312 e 313 do CPP.
3. Parecer pelo desprovimento do recurso.

Estes autos foram a mim distribuídos por prevenção do HC n. 496.139/SE, impetrado em favor do corréu, que, em 18/6/2019, teve a ordem denegada.

Após consulta realizada no portal da Corte estadual na internet em 2/10/2019, foi possível constatar que o processo teve encerrada a instrução processual, com a apresentação de memoriais pelo Ministério Público.

É o relatório.

Busca o recorrente a revogação da prisão preventiva imposta com os argumentos em suma, de ausência de indícios suficientes de autoria e de fundamentação idônea a amparar a custódia cautelar.

Inicialmente, cabe ressaltar que, na via eleita, não há como se discutir a

# Superior Tribunal de Justiça

negativa de autoria, pois demandaria o reexame aprofundado do conjunto fático-probatório que compõe o processo principal. O envolvimento ou não do agente no delito que lhe é imputado é matéria cuja análise é reservada à ação penal, bastando, para justificar a prisão cautelar, haver indícios de autoria, o que, *in casu*, aconteceu.

Quanto à prisão cautelar do acusado, infere-se dos autos que o Juízo Plantonista homologou o flagrante e decretou a custódia preventiva, nestes termos (fls. 52/53 – grifo nosso):

[...]

Após análise dos presentes autos, entendo que estão presentes os requisitos para a conversão da prisão em flagrante na prisão preventiva dos conduzidos **JOSÉ HÉLIO ARAÚJO SANTANA FILHO** e **DANIEL ALVES DAMACENA**. Explico.

Constato que o suposto crime atribuído ao conduzido trata-se de roubo qualificado pela coautoria e uso de arma de fogo. Tal crime possui pena máxima superior a 04 anos, o que possibilita a decretação da prisão preventiva a teor do novel art. 313, inciso I, do CPP.

A privação de liberdade dos conduzidos foi requerida pela representante do Ministério Público, conforme parecer retro juntado aos presentes autos.

A prisão preventiva é considerada um mal necessário, pois suprime a liberdade do acusado antes de uma sentença condenatória transitada em julgado, mas tem por objetivo a garantia da ordem pública e preservação da instrução criminal e a fiel execução da pena. Só se justifica em situações específicas, em casos especiais em que a custódia provisória seja indispensável.

Para a decretação da prisão preventiva, mister se faz à ocorrência dos pressupostos e fundamentos necessários à aplicação desta medida cautelar.

Neste momento, para a materialidade são suficientes as provas testemunhais e o auto de exibição e apreensão (pp. 21).

**No tocante à autoria, ressalte-se nos termos de depoimento do conduzido DANIEL ALVES DAMACENA, p. 24, que esse confessou a prática delitiva, bem como a participação em tal roubo do outro flagrantado José Hélio.**

**O comportamento dos conduzidos revela, sobremaneira, a necessidade de suas custódias, pois soltos poderão representar perigo iminente à sociedade.**

**O caso concreto em nada beneficia os custodiados, os acusados em coautoria e, ainda, na presença de um menor praticaram um roubo mediante ameaça realizada com uma arma de fogo.**

É sabido que a violência encontra-se em graus nunca imaginados, e é dever do Poder Público constituído empreender diligências para que tal violência seja, ao menos, atenuada; motivo pelo qual entendo que é necessária a conversão da prisão em flagrante dos custodiados em prisão preventiva com o escopo maior de salvaguardar a ordem pública e a sociedade, na forma do artigo 312 e 313,1, do CPP.

Pela nova sistemática imprimida pela Lei nº 12.403/2011, a prisão cautelar continua figurando como exceção, a liberdade como regra e outras medidas cautelares elencadas no art. 319, do Código de Processo Penal, como "meio termo", situadas entre a liberdade pura/incondicionada e a segregação cautelar.

Por todas razões que acabo de invocar para demonstrar a necessidade da segregação cautelar dos flagrantados para garantia da ordem pública, fica demonstrado incabível na espécie a liberdade provisória, ainda que, com

# Superior Tribunal de Justiça

imposição de cautelar que não seja a de prisão preventiva.

O Tribunal local, ao denegar a ordem, confirmando a constrição cautelar, concluiu que (fls. 116/127 – grifo nosso):

[...]

Por todas razões que acabo de invocar para demonstrar a necessidade da segregação cautelar dos flagranteados para garantia da ordem pública, fica demonstrado incabível na espécie a liberdade provisória, ainda que, com imposição de cautelar que não seja a de prisão preventiva.

[...]

Outrossim, a decisão combatida não se dissocia de elementos concretos colhidos nos autos do inquérito policial, notadamente das declarações da vítima, as quais revelam que o crime foi praticado, em tese, com emprego de arma de fogo e em concurso de agentes.

Nesse diapasão, forçoso admitir que está presente, pelo menos, o motivo da ordem pública, necessário à manutenção da segregação cautelar, atendendo ao comando normativo insito no art. 93, IX, da Constituição Federal.

Certo é que as prisões cautelares são medidas de índole excepcional, somente podendo ser decretadas ou mantidas caso demonstrada, com base em elementos concretos dos autos, a efetiva imprescindibilidade de restrição ao direito constitucional à liberdade de locomoção, à luz de um dos fundamentos autorizadores previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, sob pena de violação do princípio constitucional da presunção de não culpabilidade.

[...]

Ressalto que a existência de condições pessoais favoráveis, por si sós, não são suficientes para a concessão da liberdade da Paciente, principalmente quando presentes os requisitos da prisão preventiva, como ocorre no caso dos autos, conforme vasta jurisprudência (a exemplo do aresto HC 294.037/PE, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, julgado em 05/06/2014, DJe 10/06/2014, do Superior Tribunal de Justiça). Outrossim, como bem obtemperado pelo Magistrado de 1º grau, pelas circunstâncias do delito, qual seja, roubo qualificado, não são suficientes as medidas cautelares inseridas no artigo 319 do CPP, notadamente quando presente um dos fundamentos da prisão preventiva, como na espécie.

[...]

Com esses fundamentos, não vislumbro a existência de constrangimento ilegal passível de reparação, como quer a impetração.

Em razão do exposto, conheço parcialmente do *Habeas Corpus* para denegar a ordem, na parte conhecida.

Realmente, a prisão cautelar foi decretada e mantida em razão das circunstâncias do caso, levando-se em consideração a gravidade concreta do delito, evidenciada pelo *modus operandi* empregado (roubo praticado em concurso de agentes, com emprego de arma de fogo, na presença de menor).

E não é outra a opinião do Subprocurador-Geral da República Nicolao Dino, para quem, *diversamente do que alega o impetrante, o decreto de prisão não é genérico*,

# Superior Tribunal de Justiça

*pois está baseado em elementos concretos e idôneos à manutenção da segregação, notadamente pela periculosidade do agente, tendo em vista o modus operandi na prática delitiva* (fl. 183).

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que *não há constrangimento ilegal quando a segregação provisória é decretada em razão do modus operandi com que o delito fora praticado* (RHC n. 96.834/MS, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 20/6/2018).

Confirmam-se ainda: RHC n. 111.869/MG, da minha relatoria, Sexta Turma, DJe 29/8/2019; AgRg no HC n. 499.113/SP, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 16/9/2019; HC n. 513.686/GO, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 1º/10/2019; e AgRg no RHC n. 108.836/RJ, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 12/9/2019.

Ademais, é consabido que eventuais condições pessoais favoráveis não têm o condão de, isoladamente, desconstituir a custódia antecipada, quando, como na hipótese, estão presentes os requisitos autorizadores da decretação da medida constritiva de liberdade.

Nessa linha: RHC n. 62.112/MG, da minha relatoria, Sexta Turma, DJe 19/11/2015; e HC n. 334.225/SP, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 2/2/2016.

Logo, tenho que ficou demonstrada a necessidade da prisão preventiva, não se revelando suficientes, para o caso em análise, as medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Ante o exposto, **conheço parcialmente** do recurso em *habeas corpus* e, na parte conhecida, **nego-lhe provimento**.

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator